

AS TICs INTERMEDIANDO O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS: uma experiência inovadora

São Luís – Ma – 04 – 2015

Eliza Flora Muniz Araújo – Universidade Estadual do Maranhão –
eliza.uemanet@gmail.com

Alexsandra Regina Smith e Silva - Universidade Estadual do Maranhão -
ale.smith@hotmail.com

Ana Luzia Santos Pereira Pires - Universidade Estadual do Maranhão -
analuziapires@gmail.com

Ilka Marcia Ribeiro de Sousa Serra – Universidade Estadual do Maranhão –
ilka.tt@gmail.com

Luciana Protázio Dias Araujo – Universidade Estadual do Maranhão –
lucianaprotazio@hotmail.com

**Experiência Inovadora
Educação Continuada em Geral
Gerenciamento e Organização
Descrição de Projeto em Andamento**

RESUMO

O artigo trata dos procedimentos metodológicos desenvolvidos pela Coordenação do Plano de Ações Articuladas – PAR visando dinamizar o processo de assistência técnica aos municípios do Estado do Maranhão. Foram adotadas estratégias de trabalho presencial e a distância, mediante a utilização das ferramentas das tecnologias da informação e comunicação. Adotou-se a pesquisa documental, aliada a consultas bibliográficas para o aprofundamento do referencial teórico. A ideia é que esses espaços diferenciados se complementem e ampliem as possibilidades de construção de conhecimentos.

Palavras chave: tecnologias de informação e comunicação; plano de ações articuladas; experiência inovadora de planejamento.

1- Introdução

Este artigo apresenta os estudos realizados pela Coordenação do Plano de Ações Articuladas – PAR, dos municípios do Estado do Maranhão, sobre os procedimentos metodológicos desenvolvidos para dinamizar os mecanismos de monitoramento do referido plano, que em princípio, implica no aprimoramento do processo de informação e comunicação com os gestores dos 217 municípios maranhenses.

Inicialmente cabe situar o PAR no seu contexto institucional, e sua trajetória no estado do Maranhão a partir de 2012. O PAR é um programa do Ministério da Educação – MEC, concebido como uma importante ferramenta de planejamento estratégico, implantado no país desde 2007, com a finalidade de disponibilizar aos estados, aos municípios e ao Distrito Federal, instrumentos eficazes de avaliação e implementação de políticas de melhoria da qualidade da educação, sobretudo da educação básica pública.

O referido plano é fruto da parceria estabelecida entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional-FNDE/MEC, a Universidade Estadual do Maranhão/UEMA, a União dos Dirigentes Municipais/UNDIME e a Secretaria de Estado da Educação do Maranhão/SEDUC, na perspectiva de dar forma ao regime de colaboração necessário à melhoria dos indicadores educacionais do estado.

Convém realçar que o PAR tem dois níveis de atuação: o estadual - coordenado pelas Secretarias Estaduais de Educação, para onde convergem as ações voltadas para a rede estadual de ensino, e também, para as rede municipal. No caso do PAR Municipal, visto que cada município tem o seu Plano, existe uma Coordenação Nacional, vinculada ao FNDE e uma Coordenação Estadual que no caso do Maranhão, encontra-se sediada no Núcleo de Tecnologias para Educação – UEMANET, da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. Essa equipe é constituída por três técnicos, indicados pelas instituições parceiras (SEDUC, UNDIME e UEMA).

Nesse contexto, a função da coordenação para o PAR municipal é estabelecer processos de articulação e colaboração, no sentido de apoiar e orientar tecnicamente as equipes gestoras municipais no processo de construção dos seus planos. Para concretização dessa finalidade, registra-se à inserção da UEMA nesse processo, a partir de 2012, a convite do MEC, dado

ao cenário que se encontrava o PAR dos municípios do Maranhão, ou seja, 56,22% não tinham seus planos elaborados.

Diante dessa conjuntura a UEMA aceitou o desafio, criando assim, as condições necessárias para conduzir o trabalho. A primeira foi sediar a Coordenação, colocando à disposição dos municípios todo o seu suporte técnico e tecnológico, viabilizando um conjunto de atividades que abrangem desde a formação dos gestores até a consolidação do planejamento e monitoramento das ações.

Vale considerar que o estado do Maranhão possui uma grande extensão territorial, daí a necessidade de se pensar em processos de informação comunicação mais eficientes que substituíssem os constantes deslocamentos dos gestores à capital. Essa estratégia, além de elevar os custos para as equipes locais, retira-os do seu *locus* de trabalho, onde muitas vezes desempenham outras atividades. Nesse sentido foi criada uma sala virtual no AVA- *Moodle*, denominada de Sala do PAR, no sentido de potencializar o desenvolvimento do trabalho.

Utilizou-se como método de estudo, a pesquisa documental relacionada ao planejamento estratégico e a observação direta dos participantes no AVA e nos momentos presenciais de formação.

No âmbito dessa experiência foi possível perceber a compreensão por parte dos gestores da necessidade da utilização das TICs como elemento do processo de aprendizagem.

2- O Plano de Ações Articuladas como Instrumento de Planejamento Estratégico

O Ministério da Educação tem apresentado nesses últimos anos, um conjunto de instrumentos na perspectiva de alcançar a melhoria da qualidade da educação básica, e, no contexto de suas políticas, lançou: o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, por meio do Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Como instrumentos de controle desse Compromisso, estabeleceu: o IDEB- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o PAR – Plano de Ações Articuladas e o LSE – Levantamento da Situação Escolar.

É importante citar que o referido Decreto aponta o IDEB como um referencial para aferir a qualidade da educação básica, mediante dados do

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica, na expectativa de que todas as escolas no país possam alcançar ou superar a meta prevista para o período de 2005 – 2022, o índice de 6,0. (BRASIL, 2007, p.2). De acordo com Parente, o PAR se constitui num instrumento para orientação da execução, acompanhamento e avaliação da assistência técnica e financeira do MEC junto a Estados e municípios (PARENTE, 2010, p.79).

Nesse contexto, o PAR do Maranhão, assume papel relevante na organização da política educacional dos 217 municípios, cujo trabalho se desenvolveu a partir do levantamento das necessidades locais. Ou seja, o PAR foi elaborado por cada município, na expectativa de que esse esforço provoque mudanças efetivas nos indicadores educacionais, contemplando políticas focadas nas reais necessidades educacionais do município, voltadas para a melhoria do acesso, da permanência e da qualidade do ensino.

Por se configurar como um planejamento de natureza estratégica vale citar Parente, que vê o planejamento estratégico nesse tipo de sistema como uma ferramenta fundamental, vez que garante o aporte de recursos, assim como poderá equacionar as demandas, as aspirações, os projetos e disseminá-los no decorrer do tempo e entre diferentes instituições. (PARENTE, 2010, p.46).

O PAR é um plano plurianual, previsto para um período de quatro anos – 2011- 2014, cuja metodologia envolve: o diagnóstico, construído com base na avaliação de quatro dimensões; as dimensões se desdobram em 82 indicadores educacionais avaliados nessa fase, ponto de partida para o planejamento de ações e subações definidas e cumpridas por cada município. Todo esse trabalho foi concebido para ser desenvolvido em regime de colaboração: União, Estados e Municípios e o Distrito Federal.

A figura a seguir, exhibe as quatro dimensões trabalhadas na fase de diagnóstico do PAR.

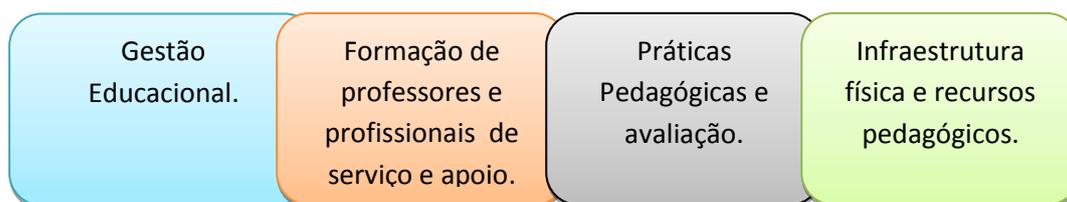


Figura 1. Dimensões do Diagnóstico

A partir dessas dimensões os municípios delinearão os seus planos, cujo processo de construção passou por várias etapas, que inclui desde o diagnóstico até a consolidação das ações.

Para tanto, adotou-se estratégias de trabalho presencial e a distância, mediante a utilização das ferramentas das tecnologias da informação e comunicação (telefone, e-mail, ambiente virtual de aprendizagem-AVA- sala do PAR, web conferência), disponibilizadas pelo UEMANET.

O trabalho de assistência técnica, no atendimento presencial conta com o aporte tecnológico do Núcleo, o que tem interferido positivamente nos resultados obtidos. A metodologia de atendimento aos municípios adota uma sistemática de organização em blocos de municípios, que por meio de oficina, utilizam os recursos tecnológicos do laboratório de informática para a operacionalização de dados no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC).

O processo de elaboração, atualização e monitoramento das ações do PAR é desenvolvido no referido Portal operacional do MEC- ambiente *online*, que trata do orçamento e monitoramento das propostas do governo federal na área da educação. É neste sistema que os gestores acompanham o andamento dos Planos de Ações Articuladas em suas cidades.

Partindo do princípio de que o SIMEC não abriu nenhuma funcionalidade específica para o acompanhamento das ações de responsabilidade do município, o acompanhamento a distância, através do AVA *Moodle* - Sala do PAR apresenta-se como uma proposta inovadora de acompanhamento, monitoramento e interação, com um formato virtual de apoio a Gestão Municipal, permitindo a abertura de um espaço de trabalho interativo para os municípios viabilizem a organização de atividades gerenciais das equipes locais. Segundo Kenski (2008, p. 653): “As novas formas de interação e comunicação em redes, oferecidas pelas mídias digitais, possibilitam a realização de trocas de informações e cooperações em uma escala inimaginável”.

É recorrente a visão de que as TICs ampliam os canais de informação, comunicação, interação, colaboração, e mais que isso ultrapassam barreiras geográficas e temporais, ampliando vertiginosamente a capacidade da produção do conhecimento.

3- A Sala Virtual do PAR no AVA – Moodle: uma estratégia inovadora para o acompanhamento da gestão municipal

Os constantes avanços tecnológicos surgidos ao longo das últimas décadas tem propiciado uma grande revolução no campo da informação, comunicação e do trabalho, o tempo e o espaço foram relativizados e as distâncias físicas foram reduzidas, frente ao incremento das possibilidades virtuais que atualmente são utilizadas tanto no campo educacional como para favorecer contatos de trabalho.

Segundo Grinspun, (2001, p. 49) “a tecnologia é o conhecimento científico transformado em técnica que, por sua vez, irá ampliar a possibilidade de produção de novos conhecimentos científicos”.

Entende-se, assim, que no âmbito dessa reflexão, situam-se as redes sociais caracterizadas por espaços de interação, autonomia e construção de conhecimentos, normalmente sem níveis de hierarquia bem definidos. Desse modo, todos os participantes partilham das mesmas possibilidades de criação e interação. Portanto, a sala virtual do PAR se insere também nessa dinâmica, servindo como um espaço de interação e socialização de conhecimentos, dinamizando o processo de informação e comunicação, possibilitando orientações e procedimentos fundamentais para o gerenciamento das ações constantes no plano.

Nessa perspectiva, a criação da sala do PAR apresenta-se como um espaço virtual com a possibilidade de articular o trabalho da coordenação estadual do PAR com os 217 municípios do Estado. Como já registrado anteriormente, utiliza-se o sistema AVA – Moodle, o mesmo adotado pela UEMA, para os seus cursos abertos e a distância.

A revolução da utilização dessa tecnologia e principalmente, pela internet, possibilita o acesso à informação com maior rapidez, tendo em vista, que os municípios não possuem condições de comparecer com muita frequência na Universidade para as orientações e esclarecimentos de suas dificuldades. O AVA se insere, portanto, como um espaço de comunicação e socialização de experiências e informações. A seguir, apresenta-se o *print* da sala.



Figura 2 . Sala do virtual do PAR – AVA – Moodle.

Podem ser observadas na figura da sala, as ferramentas disponíveis tais como: fórum de apresentação (local de apresentação de todos os municípios e suas expectativas); guias e manuais; registros fotográficos; secretaria virtual; tira dúvidas; e, acompanhamento e avaliação.

A formação realizada pela coordenação para os gestores e técnicos dos municípios, serviu como ambientação e inserção dos presentes no AVA, na perspectiva de fomentar a adoção desse espaço virtual como ferramenta inovadora de comunicação, interação e colaboração entre as equipes locais e a coordenação estadual no âmbito do Plano de Ações Articuladas.

Nesse sentido, alguns elementos foram identificados como dificultadores, podendo-se apontar a baixa qualidade da internet em alguns municípios e a descontinuidade do trabalho pelos técnicos capacitados da equipe gestora. Esses aspectos foram percebidos como fatores inibidores de uma maior fluidez no gerenciamento desse processo.

No exercício dessa experiência foi possível perceber a compreensão por parte dos gestores da necessidade da utilização desse recurso como parte do processo de aprendizagem, vez que possibilita a troca de experiências entre os usuários das equipes municipais, bem como a preocupação de solidificar a

cultura de utilização dos recursos tecnológicos como mediadores dessa interlocução.

Entende-se, portanto que o ato de ensinar e aprender é de pura criatividade. E é com esse diálogo e trocas que somos contagiados a aprender, podendo dizer-se que esse é um processo de aprendizagem interativa, ou seja, propiciada pelas TICs.

4- Metodologia

Como método de estudo para atingir o propósito deste trabalho, optou-se pela pesquisa documental, onde foram realizadas análises de conteúdo relacionadas aos relatórios no SIMEC e no AVA. Além disso, foram efetuadas consultas bibliográficas para o aprofundamento do referencial teórico sobre planejamento estratégico, e ao papel das tecnologias de informação e comunicação.

Para melhor compreensão da natureza deste artigo, buscou-se Gil (2002, p. 45) que assim esclarece: “A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes”. Para o autor, a pesquisa bibliográfica se detém essencialmente dos estudos dos autores sobre determinado tema, enquanto que a pesquisa documental se ampara em materiais que ainda não tiveram tratamento analítico, como neste caso, cujos relatórios são apenas de natureza descritiva.

Não houve a necessidade da realização de pesquisa de campo, visto que se trata de um estudo preliminar sobre a aplicabilidade e funcionalidade das TICs no processo planejamento e monitoramento do PAR.

Como já abordado anteriormente, foi criada uma sala virtual no AVA-*Moodle*, denominada de Sala do PAR, no sentido de potencializar o desenvolvimento do trabalho, facilitando o processo de comunicação, fator essencial na mediação da equipe central com os gestores municipais e as suas equipes locais. Além do AVA, são empregados também, como recursos auxiliares, o e-mail, o *watsapp* e o telefone móvel, e, especialmente a *web* conferência. Como adverte Formiga, (2012, p. 385): “Em um mundo cada vez mais plano, as redes de instituições, empresas, pessoas, conhecimentos e pesquisas tendem a intensificar relacionamentos em escala exponencial”.

No que diz respeito às consultas ao SIMEC e a sala do PAR que subsidiaram os relatórios, vale registrar que: do primeiro, foram regatadas informações sobre o nível de execução das ações/subações financiadas para cada município, vez que 100% tiveram os seus planos concluídos no SIMEC; do segundo, pode-se detectar que dos 191 capacitados para utilização da sala virtual (sala do PAR), 60% utilizou periodicamente (fazendo uso das informações, tirando dúvidas, consultando os manuais e legislação); 29% acessou de forma esporádica, ou seja, apenas quando cobrado pela equipe de Coordenação; 11% nunca acessou, mesmo diante de frequentes solicitações. No entanto, não se tem como afirmar que o pouco ou não acesso ao ambiente tenha sido gerado por falta de interesse, pois existem outros fatores que podem ter interferido, como a baixa qualidade da internet.

5- Resultados

O apoio articulado entre o atendimento presencial e a distância, através das tecnologias da informação e comunicação, viabilizou um resultado positivo quanto à elaboração, atualização e acompanhamento do PAR.

Nesse contexto, a coordenação utilizou as ferramentas tecnológicas para acompanhar o que fora iniciado na oficina presencial, de forma que ao final, todos os municípios maranhenses construíram seu plano e enviaram para a análise do MEC.

Da mesma forma, na fase de acompanhamento das ações planejadas, a coordenação utilizando da estratégia de atendimento, outrora citada, obteve um resultado significativo no apoio aos municípios. Dos 217 municípios maranhenses, 191 receberam orientações utilizando as mídias, o que representa 88% do total, resultado bastante significativo, o que favoreceu a troca de experiência e a colaboração mútua entre a coordenação e os municípios, e, entre municípios.

Permitiu assim, constatar que o atendimento realizado aos gestores, associando momentos presenciais e a distância possibilitou resultados positivos, vez que dinamizou os processos de elaboração, atualização e acompanhamento do PAR.

6- Conclusões

Este estudo pretende ser um ponto de partida sobre a possibilidade de utilizar as TICs como ferramenta de planejamento e orientação aos municípios, especialmente o AVA, que permite um conjunto de mídias facilitadoras e dinamizadoras da informação e comunicação.

Mesmo diante de algumas dificuldades, a maioria dos municípios mostrou disposição e interesse em romper com suas limitações, buscando o apoio de diferentes mídias na perspectiva de acompanhar todo o percurso do trabalho. É, pois, na fronteira dessa lógica que são observados espaços que podem ser preenchidos pelas tecnologias. Portanto, as discussões sobre a incorporação da TICs nesse contexto, devem ser aprofundadas, uma vez que o tempo e o espaço são elementos que estão diretamente envolvidos nesse contexto, suscitando outras formas e modos de relacionamentos.

Esta experiência é a primeira no país a utilizar o AVA como ferramenta de suporte para o acompanhamento das ações de planejamento, execução e monitoramento dos municípios.

Referências

BRASIL. PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Brasília: 2007.

FORMIGA, Manoel Marcos Maciel. Aprendizagem além-fronteiras e a EAD. In: **Educação a distância: o estado da arte**, vol. 2 (orgs). Frederic Michel Litto, Marcos Formiga, 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GRNSPUN, Mirian P. S. Zippin. **Educação Tecnológica: desafios e perspectivas**. Mirian P. S. Zippin Grisnspun (org.). 2 ed. São Paulo: Cortez. 2001.

KENSKI, Vani Moreira. Educação e Comunicação: interneconexões e convergências. In: **Educação e Sociedade**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 29, n. 104, 2008.

PARENTE, J. Sobrinho. **Planejamento Estratégico na Educação**. 3ª ed., revisada e ampliada. Brasília: Liber Libro, 2010.